

UNIVERSIDADE  
FEDERAL DE  
RONDÔNIA

CENTRO  
INTERDISCIPLINAR DE  
ESTUDO E PESQUISA  
DO IMAGINÁRIO  
SOCIAL



REVISTA LABIRINTO  
ISSN 1519-6674  
ANO XIX  
VOLUME 31  
(JUL-DEZ)  
2019  
P. 295-317.

## **DE ARMATURA VERORUM PRAEDICATORUM: A PREGAÇÃO COMO INSTRUMENTO DE COMBATE AOS HEREGES**

Michele Araújo<sup>1</sup>

Doutora em História pela  
Universidade de Brasília (UNB)

### **RESUMO**

Abordaremos a ideia do poder - ou da eficácia - da pregação no combate às heresias. A questão do poder da pregação revela a importância acordada entre os sermões medievais e campos distintos da exegese teológica, da ação política, da retórica, etc. A pregação não visa unicamente o ensino teológico, mas levar à ação. Neste sentido, analisaremos a estreita relação entre a pregação e a perseguição aos hereges. Procuramos apontar linhas de investigação que inserem a pregação no âmbito de um discurso político ligado à perseguição aos hereges, aproximando as noções de poder e a prática exegetica discursiva dos pregadores. Desta forma, tentaremos demonstrar como, de um ponto de vista político e religioso, a pregação era uma peça fundamental do ordenamento social. Para tanto utilizaremos as obras de dois autores ibéricos, as de Álvaro Pais (séc. XIV) – *Estado e Pranto da Igreja* e *Colírio da Fé Contra as Heresias* – e de Alonso de Espina (séc. XV) – *Fortalitium Fidei*. Embora estas obras sejam escritas com uma diferença de pouco mais de 1 século, ambos se inserem em uma tradição discursiva muito mais vasta e ampla, o que nos permite traçar um panorama mais complexo sobre o tema que nos propomos.

**Palavras-chave:** Heresia; pregação; poder político.

### **ABSTRACT**

We will approach the idea of the power - or effectiveness - of preaching in the fight against heresies. The question of the power of preaching reveals the importance accorded between medieval sermons and distinct fields of theological exegesis, political action, rhetoric, etc. Preaching is not only about theological teaching, but about bringing it to action. In this sense, we will analyze the close relationship between preaching and persecution of heretics. We seek to point out lines of investigation that insert preaching within a political discourse linked to the persecution of heretics, bringing together the notions of power and the discursive exegetical practice of preachers. In this way, we will try to demonstrate how, from a political and religious point of view, preaching was a fundamental piece of social order. For this purpose we will use the works of two Iberian authors, those of Álvaro Pais (14th century) – *Estado e Pranto da Igreja* and the *Colírio da Fé Contra as Heresias* - and Alonso de Espina (15th century) - *Fortalitium Fidei*. Although these works are written with a difference

of little more than one century, both are inserted in a much wider and broader discursive tradition, which allows us to draw a more complex panorama on the subject that we propose.

**Keywords:** Heresy; preaching; political power.

## Introdução

Entre os instrumentos de perseguição aos hereges, um dos mais eficazes é a pregação. Tanto Álvaro Pais quanto Alonso de Espina utilizaram este dispositivo para alcançar seus objetivos teológicos políticos. A maneira como cada um expressou o “ódio” aos hereges não é independente das funções que estes desempenharam na sociedade. A distinção sobre quem são esses inimigos depende de uma multiplicidade de outras estruturas e ideias que possuem significados locais e específicos. O estudo destes significados, sua historicização, situa em seu contexto um discurso mais amplo sobre os hereges, herdado de uma tradição vasta e longa. Se, por um lado, é necessário compreender essa tradição que informa e enforma os discursos produzidos por ambos os autores, por outro lado, devemos relacionar essa tradição discursiva e as enunciações produzidas em um determinado presente, com as relações estabelecidas entre os grupos e as normas vigentes (culturais, religiosas, sociais, econômicas) que estruturam os conflitos que capacitaram Álvaro Pais e Alonso de Espina a interpretá-los sob diversas perspectivas.

O estudo da ação persecutória na Idade Média somente adquire significado quando relacionado aos discursos produzidos – numa relação de retroalimentação. Entretanto, mesmo assim delimitado, a ideia de um “discurso persecutório” requer certas matizações. Tal discurso nada mais era que um entre outros

disponíveis, e o ato de invocá-lo não garantia que ele fosse aceito ou que triunfasse sobre os demais. A escolha da linguagem era fruto da proatividade realizada com o intuito de provocar determinados resultados em situações de conflito. Nesse sentido, quando Álvaro Pais e Alonso de Espina firmavam posição sobre as consequências negativas das diferenças religiosas, não expressavam “a realidade”, mas refletiam uma posição/preensão sujeita a trocas e negociações (*disputatio*), que, eventualmente, poderia tornar-se uma força efetiva.

Podemos compreender, então, como os discursos anti-heréticos produzidos por Álvaro Pais e Alonso de Espina estabilizaram as relações entre os diferentes grupos, e porque os atos de perseguição se revestiram de uma forma e não de outra em seus respectivos contextos. Desta forma, seria possível questionar sobre as consequências dos discursos contra os hereges e os significados discursivos a partir do contexto de sua produção. A perseguição aos inimigos da fé, ainda que aparentemente seja motivada por eventos muito precisos, somente adquire sentido e utilidade para os contemporâneos porque se insere em um contexto de longa duração, fruto da tradição, de conflitividades sociais antigas, da ideologia. A análise dos discursos em um contexto mais alargado ajuda-nos a entender como as tensões religiosas atravessam e são atravessadas por diversos aspectos que alcançam também as estruturas políticas.<sup>ii</sup>

A pregação, como discurso proferido, não é meramente resultado de um texto escrito

estático. O estudo da pregação, portanto, deve levar em conta que o sermão é, em última instância, palavra falada. A pregação é um meio de comunicação e pressupõe uma interação entre pregadores e ouvintes – identidade característica de um fenômeno social. Primeiramente, a pregação configura uma rede de relações e, depois, uma “palavra” ou meio de comunicação, destacando-se a conexão entre pregador-sermão-público.<sup>iii</sup>

Era exigido do pregador um conhecimento cada vez mais especializado por meio de longa formação e iniciação ao ofício. Ao pregador era-lhe imposta uma vida praticamente itinerante, visto que idealmente deveria estar apto a pregar nas mais diversas circunstâncias, nos mais distintos lugares e para os mais variados públicos: desde as cortes, universidades, concílios, até nas praças públicas de vilarejos. Tais circunstâncias requerem, assim, uma articulação entre o discurso, o lugar de fala e o público.<sup>iv</sup> Esses elementos possibilitavam o domínio do orador sobre o público, reforçando o seu estatuto de intermediário entre Deus e os homens. Portanto, devido à posição de superioridade, a fala do pregador era carregada de “verdades”. Estas verdades anunciadas, que não eram simples paráfrases das Sagradas Escrituras, enunciavam e sistematizavam os textos bíblicos, tendo por objetivo responder às objeções que poderiam ser formuladas.

Para além da sistematização, o pregador interpretava a palavra divina e adicionava

comentários, fosse da própria Bíblia ou de outras fontes que comentavam os textos sagrados. Ao invés de simples oposição entre o oral e o escrito, a pregação torna-se um oxímoro a nossos olhos contemporâneos, pois entrelaça ambas as expressões de forma complexa e dinâmica: o texto bíblico escrito era, ao mesmo tempo, um texto oral; a oralidade da Sagrada Escritura tornava-se uma “nova” escrita à medida que os sermões eram preparados, os quais, por sua vez, tornavam-se fala a ser pronunciada.

A pregação não visa apenas descrever uma realidade (mesmo que sobrenatural), mas fazer agir sobre o mundo, provocar mutações, emoções, crenças, reações – a pregação era, portanto, dotada de uma necessidade de “eficácia”.<sup>v</sup> Conforme Cesalli, a pregação não era um objeto sensível qualquer, pois “a metalinguagem teológica utilizada é recheada de alocações de poder para palavras que outros objetos sensíveis não possuem” (CESALLI, 2014, p. 24). A sua eficácia reside na coexistência de dois modelos explicativos: por um lado, as fórmulas utilizadas pelo pregador são portadoras de um poder operativo de origem sobrenatural – em última análise, as fórmulas utilizadas pelo pregador são, elas mesmas, motores da ação e seu poder é, de certa forma, material; por outro lado, a eficácia explica-se por um pacto de assistência estabelecido entre Deus e os homens – o poder operativo do discurso não é material, mas relacional porque ele é sustentado pela instituição divina.<sup>vi</sup>

O poder da pregação reside, de forma explícita, na metalinguagem utilizada pelos pregadores. Frequentemente, eles utilizam escritos ou termos que são adicionados ao discurso, alterando o seu valor semântico. É devido a esta habilidade discursiva que se define a pregação como um *officium*. O discurso proferido pelo pregador não caracteriza uma ação, mas sim a realização do discurso.

Entrando no mérito do pregador, Boaventura também fala em *officium praedicationis* [...], e, ao mesmo tempo, fala em *auctoritas officii* e chama o pregador de *legatus missus a Deo*. [...] Ora, o pregador apresenta-se como dotado de um mandato divino que lhe comissiona não só parte da autoridade fundacional da própria *Ecclesia*, como lhe reveste com as insígnias de Cristo, isto é, o amor para com os homens. [...] o pregador procura mostrar que Cristo exerce o domínio sobre a sua Igreja por ser “ela o lugar da salutar erudição que ilumina o intelecto” e assim, por meio dos pregadores, os leigos, isto é, “aqueles que desconhecem as palavras divinas”, são instruídos e mobilizados a tomar parte no processo de pôr em prática aquilo que escutam [...]. Mais uma vez, o mesmo percurso: da interioridade para a vida pública; a construção de um “eu” cristão acontece na construção da própria comunidade, o que implica uma ética, uma moral, uma política [...] (MIATELLO, 2014, p.117).

Como destaca Cesalli, considerar a pregação “pela pregação”, como se o ato fosse portador de um poder *per se*, é desconsiderá-lo como dispositivo portador de uma significação convencional, cuja eficácia depende, no fim das contas, dos atos e intenções dos pregadores e ouvintes. Atribuir, literalmente, um poder à pregação – como o mais fundamental, o de *significação* – é como se tentássemos descrever a pregação a partir do “comportamento” dos

sermões escritos que nos chegam, enquanto memória, esquecendo que a *praedicatio* é, em primeiro lugar, um discurso pronunciado pelos pregadores aos ouvintes.<sup>vii</sup> O discurso é entendido como produto do espírito humano, uma imagem. A metalinguagem discursiva deriva de uma intencionalidade operada pelo pregador.

Propomo-nos a analisar a profissionalização da pregação e a forma como a sua institucionalização se relaciona com a perseguição aos hereges. Para tanto, partiremos da literatura polemista, dos tratados contra as heresias, especificamente as obras de Álvaro Pais (séc. XIV), “*Colírio da fé contra as heresias*” e “*Estado e pranto da Igreja*”, e de 298 Alonso de Espina (séc. XV), “*Fortalitium Fidei*”, legislação régia e canônica. Esses textos permitem compreender vários aspectos da pregação. Ambos os autores foram treinados na teologia escolástica, a qual lhes forneceu as ferramentas essenciais para o conteúdo de suas obras.

Para os dois frades franciscanos, a pregação tinha por função construir e assegurar a crença verdadeira por oposição a uma religiosidade falsa, caracterizada, fundamentalmente, pelas heresias. Objetivava-se a afirmação de um modelo de sociedade na qual os elementos religiosos e políticos são indissociáveis. A educação pela pregação inscrevia-se num quadro do exercício de uma autoridade hierárquica, onde a palavra proferida constituía um meio fundamental de difusão do

conhecimento religioso e dos costumes “autorizados”. Sendo assim, Álvaro Pais e Alonso de Espina visavam manter a ordem “natural” da sociedade. O herege, em suas obras, aparece como aquele que põe em risco a ordem da sociedade, e a urgência de eliminá-lo acabava por se tornar legítima.

Como instrumento teológico, a tarefa do pregador era dar uma “explicação” do Evangelho. Isto implicava articular o pensamento exegético sobre os textos escriturários constituído como referência principal dos sermões. Como instrumento pastoral, objetivava promover uma compreensão mais profunda, uma apreciação mais justa das práticas e crenças religiosas comumente acolhidas por uns ou contestada por outros. A educação moral e espiritual é, portanto, o complemento indispensável que decorre desses discursos de verdade.

No aspecto político, a pregação torna-se o instrumento por excelência de propaganda política e religiosa. A *ars praedicandi* é fruto de um sistema de governo político/religioso. Para que possamos compreender a eficácia da pregação, seu papel mobilizador e a capacidade de articulação política, não devemos nos preocupar, unicamente, com a gênese das ações persecutórias, com o como e quando a pregação surgiu e se desenvolveu e os atos de violência por ela engendrados. Devemos situar o estudo deste dispositivo em um contexto mais amplo, de produção de significados, que ultrapassa os limites temporais e geográficos, ou seja, que se

configura como tradição. E mais além, destacar que essa tradição sempre será ressignificada conforme as necessidades evocadas pelo presente dos sujeitos históricos (LENCLLOUD, 2013, p. 251).

### **A *Ars praedicandi* e o ofício do pregador**

A pregação medieval é a herdeira da retórica antiga, visto que as obras teóricas que fundam a *ars praedicandi*<sup>viii</sup> voltavam-se, principalmente, para a arte da oratória. Podemos dizer que a *ars praedicandi* centra-se no arranjo das partes que constituem o sermão. Sua preocupação não é a estética, nem mesmo a persuasão, mas a exegese; método que permite definir um objetivo por meio da escolha de um tema escriturário, procedendo à sua divisão, análise e interpretação. Trata-se, sobretudo, de um discurso pedagógico, centrado em considerações religiosas, dogmáticas ou teológicas, morais ou espirituais,<sup>ix</sup> e em outros temas fundamentais da vida cristã, como a política. Sendo assim, o pregador é um artesão da Palavra, no sentido teológico, e da palavra, no sentido retórico, que casa a palavra do homem com a palavra sagrada. A pregação constitui-se, como ofício. Lidamos, portanto, com um gênero literário e discursivo particular.<sup>x</sup>

A pregação e, por antonomásia, o pregador, ocupam lugar privilegiado, sobretudo, pelo fato de o ofício ter sido legado por Cristo a seus apóstolos. Álvaro Pais, no *Estado e Pranto da Igreja*, argumenta que a difusão e o

crescimento da Igreja, desde os tempos apostólicos, ocorreu por meio da pregação: “está patente no facto dela não ter crescido pelas armas, nem pelo poder civil, e também não por artes mágicas, como disseram certos hereges (...), mas pela pregação”. Ainda acrescenta que os apóstolos “não eram sábios da sabedoria do mundo, mas ignorantes” e, no entanto, prevaleceram sobre os sábios pois pregaram a verdade, o Cristo que, sendo Verbo Criador, foi crucificado na carne e ressuscitado (PAIS, 1991, p. 147).

Nesse sentido, Alonso de Espina preocupa-se em esclarecer que “a pregação é a instrução manifesta e pública dos costumes e da fé e que serve para a formação dos homens, que procede da senda das razões e da fonte das autoridades” (ESPINA, 1494, fol. III v.). Essa é a verdadeira armadura dos soldados de Cristo que é “como fogo ardente e como um martelo que moi pedras” (ESPINA, 1494, fol. III v.), visando “extirpar os erros” e “increpar os crimes” (ESPINA, 1494, fol. III v.). Percebemos que Espina segue a tradição lileana, e que sua definição de sermão deriva da obra *Summa de arte praedicatoria*, escrita no fim do séc. XII por Alain de Lille. A precisão segundo a qual a pregação tem lugar “*in manifesto*” é um eco dos violentos ataques dos quais faz parte o objeto da pregação contra os hereges em várias passagens da *Fortalitium Fidei*: “Ademais, se fosse oculta a pregação seria suspeita (...) por certo, tal predicação pareceria cheirar a ensinamentos heréticos” (ESPINA, 1494, fol. III v.). Conforme

Espina, nas reuniões realizadas pelos hereges a pregação é realizada em segredo pois, assim, é mais fácil enganar os ouvintes.

Nas *Siete Partidas* de Alfonso X, encontramos argumentação semelhante à de Alain de Lille e de Alonso de Espina:

*Otrosi debe catar el lugar o há de pedricar, ca la pedricacion débela facer en la iglesia ó en otro lugar honesto, et ante todos et non apartadamente por las casas, porque non nazca ende sospecha de heregía contra los que pedricasen nin contra aquellos que oyesen* (ALFONSO X, 1887, p. 228).

O aspecto público da pregação, para além da dimensão religiosa, revela também seu alcance político. Ao destacar o aspecto educacional da pregação, evidencia-se a aproximação da *praedicatio* à doutrina, cuja finalidade é ensinar por meio de uma metodologia. Neste sentido, “a pregação ensina os parâmetros do viver e o conteúdo do crer, em correspondência com a divisão da teologia e segundo seus pressupostos, ou seja, conhecer as regras da moral que emanam do pensamento divino” (MIATELLO, 2017, p. 100).

A pregação tinha por objetivo “orientar as condutas”, constituindo singular instrumento de poder, de disciplinamento da consciência e dos comportamentos morais e religiosos dos fiéis. Neste sentido, a pregação foi uma ferramenta de particular eficácia e de grande repercussão, não somente como veículo de controle da opinião pública, mas, sobretudo, de doutrinação e de transformação das condutas sociais e individuais (MIATELLO, 2017, p. 100).

Os teólogos medievais defendiam que a pregação:

Deve ser pública porque não deve ser exposta a um, mas a muitos de tal maneira que se somente fosse exposta a um não seria pregação, mas ensino. Esta é a diferença entre a pregação e o ensino, porque a pregação é aquela instrução que se faz para muitos e de forma manifesta para a instrução dos costumes. O ensino, no entanto, é o que é feito por muitos, ou por um, para a erudição da ciência (ESPINA, 1494, fol. III v.).

Conforme a hermenêutica medieval, a pregação possui um sentido quádruplo, sendo o quarto sentido a soma e a realização dos outros três. O primeiro é o *sensus literalis* (ou o sentido histórico), pelo qual “a pregação é a instrução pública e manifesta dos costumes e da fé”. O segundo é o *sensus allegoricus* (ou cristológico), onde a pregação é a manifestação do *verbum incarnatus* que “procede das sendas das razões e da fonte das autoridades”, que é o próprio Cristo. O terceiro é o *sensus tropologicus* (ou o sentido moral), que “serve à formação dos homens” e oferece “a formação dos costumes”. Por fim, o quarto é o *sensus anagogicus* (ou teleológico), que coroa os outros três, onde “a pregação persegue o conhecimento das coisas divinas” (FERNANDES, 2017, p.77-96. NASCIMENTO, 2017, p. 64-80).

É interessante notar que, neste último sentido, a interpretação de Alonso de Espina conflui com a explicação de Alain de Lille:<sup>xi</sup>

A pregação, em efeito, já instrui acerca das coisas divinas, a qual é significada por meio dos anjos que ascendem, acerca das coisas humanas, a qual é significada pelos que

descendem na escada de Jacó Gen. XXVIII. Em efeito, os anjos que ascendem e descendem são os pregadores que, ainda que ascendam, então predicam coisas celestes; descendem quando pelas coisas morais se cinformam a coisas inferiores (ESPINA, 1494, fol. IV r.).

Alain de Lille entende que “por esta escada se deduz o progresso do homem católico que é instruído desde o início da fé até a consumação como homem perfeito”. A alegoria utilizada para explicar o sentido anagógico da pregação demonstra que a escada representa o progresso moral e intelectual. Conforme a glosa ordinária, os anjos ascendentes e descendentes na escada são os evangelistas e os pregadores (*angeli per scalam ascendentes, et descendentes* *Evangeliste sunt, et predicatores Christi* (CONCEIÇAM, 1763, p. 38)) que ascendem ao buscar as coisas divinas e descendem para ensinar aos homens, em sinal de que a pregação pressupunha que o crer fosse seguido de um fazer.

Desta forma, compreende-se a pregação como caminho que parte da exegese e da teologia dirigido a todas as gerações e indivíduos, situando-se em um tempo sagrado no qual são abolidas as fronteiras entre passado, presente e futuro. O papel central é a tropologia, que não é somente a aplicação moral da pregação, mas sobretudo a atualização da exegese e da teologia conforme as necessidades de cada época. Compreende-se, então, a importância acordada ao sentido literal, à história, porque se trata de uma abordagem que

301

se apropria de uma realidade histórica para revivê-la.

A pregação tem, portanto, um objetivo ambicioso: dissipar as trevas do pecado e das heresias, difundir a clareza da doutrina cristã. As grandes articulações são enunciadas com simplicidade, visando inculcar, ao mesmo tempo, uma ortodoxia e uma ortopraxia. Desta forma, pensamos que será preciso repensar uma certa imagem que se propagou na historiografia de que o ensinamento religioso não alcançava realmente o povo, devido, por exemplo, à dificuldade de compreender. Ao contrário, os pregadores usavam a linguagem comum.

A primeira missão dos pregadores consistia, evidentemente, em impor aos fiéis os conteúdos essenciais do dogma e da moral. O cristianismo medieval apresentava um discurso global sobre Deus e o Além, a origem do universo, sua ordenação e história. Também forjou um tipo de homem em conformidade com essa visão de mundo; um *homo christianus* que talha suas condições de existência. A ortodoxia, o pensar-direito sobre a vida, a morte, o além, requer, a título de prolongamento lógico, a ortopraxia, o agir-direito, o bom comportamento, o bom governo de si mesmo.

O IV Concílio de Latrão, em 1215, fixa os objetivos principais da pregação: atacar a heresia, afirmar a fé católica, extirpar os vícios e semear as virtudes numa perspectiva de salvação. A propaganda herética deveria ser combatida pela reafirmação dos artigos de fé consagrados no primeiro cânone do Concílio.

Havia a necessidade urgente de religiosos teologicamente competentes para combater as heresias.

A ligação entre a pregação e a saúde da Igreja foi articulada no décimo cânone do IV Concílio de Latrão. Uma igreja saudável e vigorosa deveria ser nutrida pela difusão das Escrituras. Os bispos eram obrigados a nomear homens adequados para o ofício de pregação, delegados para visitar as igrejas que lhes eram confiadas. Tais clérigos deveriam edificar os fiéis pela palavra e pelo exemplo; a catedral e as igrejas conventuais deviam fornecer homens adequados para ajudar os prelados nesse ministério. Assim como os bispos precisavam ser teologicamente preparados e argutos, o mesmo se exigia de seus colaboradores. Álvaro Pais fornece abundantes exemplos de sacerdotes que não conseguiram atingir esses padrões e foram repreendidos por seus vícios:

A Igreja chama muitas vezes de amigos àqueles que julga companheiros na fé, mas eles enganam-na, porque corrompem a fé, ou escondendo a heresia no seu íntimo, ou rompendo em heresia aberta. Também a enganam os maus católicos, mormente os constituídos em poder e nos quais a Igreja muitas vezes confia como amigos. Porém, estes tais são inimigos, e, o que é pior, então enfurecem-se mais cruelmente, quando os sacerdotes e os anciãos são consumidos pela fome do verbo de Deus, pois visando os lucros da vida carnal buscam mais o alimento da vida animal que o da vida do céu. (...) dentro da Igreja os sacerdotes desprezam o nome do Senhor e oferecem, quanto a si, o pão manchado, pois abeiram-se do altar indignamente e assumem o sacerdócio dando presentes (PAIS, 1994, p. 133).

O pregador assenta sua autoridade em suas ações e palavras. Alonso de Espina sublinha esse aspecto ao afirmar a existência de 3 tipos de pregação: a primeira, por meio da palavra; a segunda, pela escrita; e a terceira, por ações (ESPINA, 1494, fol. IV v.). O pregador é um espelho de Cristo, mediando a Palavra, a autoridade das Escrituras a partir de uma posição completamente incorporada; no entanto, como Adão - e não como Cristo -, ele continua na condição de ser caído, suscetível, como seus fiéis, à salvação e ao pecado. Os problemas levantados pela condição dúplice do pregador há muito eram reconhecidos e discutidos nos manuais de pregação. Por exemplo, Álvaro Pais lida, igualmente, com a maneira pela qual o bom exemplo reforça a pregação, e o mau enfraquece sua eficácia, sobretudo quando se torna público: “o povo que carece do leite da consolação e pede o pão da doutrina devido à falta de bom exemplo, instrução e correção dos prelados, é levado para o cativoiro dos vícios e demónios, pois não tem dirigentes que o defenda” (PAIS, 1994, p. 95).

Em comum com essas preocupações, a I Partida, de Alfonso X, também disserta sobre essas questões. No código legal, a autoridade do pregador reside sobre uma base dual: ações e palavras.

*Demostradores et pedricadores de la fe de nuestro señor Iesu Cristo deben ser los perlados mayores, pues que tienen lugar de los apóstoles; et el enseñamiento et la pedricacion dellos há de ser em dos maneras, la una de fecho et la otra de palabra. Ca así cuenta la sancta Escripura,*

*que nuestro señor Iesu Cristo primeiramente comenzó de facer, et despues á enseñar* (ALFONSO X, 1807, p. 226).

Percebemos a preocupação do legislador com o ofício do pregador, o que nos leva a destacar a dimensão política da pregação, já que se apela à colaboração das autoridades seculares, sobretudo através da legislação. Sendo assim, é possível interpretar essa preocupação como uma tentativa de reformar os costumes da sociedade que se traduziu em uma série de atos legais concretos.

Os pregadores usam diferentes formas para se dirigirem aos ouvintes, denunciando, por exemplo, as condições “deploráveis” do meio em que vivem, visando a estabelecer uma empatia com eles. Desta forma, cria-se uma relação entre o pregador, a audiência e o texto, engendrando uma mudança no tempo e no espaço. Assim, o pregador determina

303

... as coisas em que se deve crer, fazer, viver, temer e esperar, porque a pregação deve ser acerca daquelas coisas que pertencem à fé e, assim, se considera o primeiro. E, acerca daquelas coisas que pertencem aos costumes, também, assim, devem se considerar outras quatro coisas, a saber, as virtudes e os vícios, a pena e a glória (ESPINA, 1494, fol. IV v).

Uma das principais ferramentas utilizadas pelos pregadores são os *exempla*, como histórias ilustrativas que podiam ser exploradas e adaptadas para transmitir uma mensagem central. Desta forma, os *exempla* utilizam-se para iluminar doutrinas e “narrativas históricas diretas”, cujos sentidos não estão claros. Essas

histórias são contextualizadas, no tempo e no espaço em que são narradas, dos quais assumem cor e textura. Nesse sentido, são eloquentes os três milagres da exaltação da Santa Cruz, sendo

um deles narrado no *Fortalitium Fidei* de forma idêntica ao da Legenda Áurea, de Jacopo de Varazze.

Jacopo de Varazze	Alonso de Espina
Um judeu entrou na igreja de Santa Sofia em Constantinopla e vendo uma imagem de Cristo e pensando que estava sozinho ali, pegou a espada, aproximou-se da imagem de Cristo e sem demora cortou sua garganta. Dali saiu sangue que atingiu o rosto e a cabeça do judeu que aterrorizado pegou a imagem, jogou-a em um poço e logo depois fugiu. Um cristão que o encontrou disse: “De onde você vem judeu? Você matou um homem!”. Ele: “Isso é mentira!”. O homem insistiu: “Você realmente cometeu um homicídio, e por isso está manchado de sangue!”. O judeu: “O Deus dos cristãos é verdadeiramente grande, e de todas as formas comprova a sua fé! Não foi um homem que atingi, mas a imagem de Cristo de cuja garganta saiu sangue”. O judeu levou o homem até o poço, de onde retiraram a santa imagem. Conta-se que ainda hoje se pode ver a ferida na garganta de Cristo e que o judeu logo em seguida se converteu (VARAZZE, 2003, p. 770).	Lê-se nas <i>Flores dos Santos</i> . Sucedeu em Constantinopla, onde certo judeu entrou na igreja de Santa Sofia, e viu uma imagem de Cristo, e, percebendo que estava sozinho, desembainhou sua espada e feriu a dita imagem na garganta. Em seguida, saiu sangue que espirrou na cabeça e rosto do judeu. Aterrorizado, recolheu a imagem, jogou-a em um poço e escapou. Encontrou-se com um cristão que lhe disse: De onde vens, judeu? Matas-te a algum homem e estás manchado de sangue. E disse o judeu: Verdadeiramente, o Deus dos cristãos é grande, e firme sua fé. Porque não feri um homem, mas sim a imagem de Cristo, e, em seguida, jorrou sangue de sua garganta. Levou o judeu aquele homem ao poço, e tiraram a imagem. Diz-se que ainda hoje se vê a ferida na garganta de Cristo. O judeu tornou-se cristão (ESPINA, 1494, fol. IV r.).

304

Espina, descrevendo as ações do judeu que profana a imagem de Cristo, relata sua visão sobre a heresia dos judeus e sua perfídia. A cena e a doutrina são consideradas dentro de um quadro contemporâneo de heresias e conversões que Alonso de Espina reproduz com economia e estilos característicos. Sua capacidade de fundamentar o abstrato e até mesmo o sobrenatural na concretude física dá às suas histórias imediação e clareza.

O *exemplum* usado no discurso anti-herético é construído de forma vívida e

personalizada, por meio de elementos familiares ao ouvinte, que se transforma em testemunha ocular do narrado. Tal expediente discursivo atende a uma demanda pedagógica e didática, destinado a prover uma experiência espiritual de fundo moralizante. Nesse modelo, os hereges e as heresias podem ser interpretados como formas de comunicar uma mensagem moral ou um artigo da fé dentro de uma discussão mais ampla, embora a heresia possa ser assunto de discussão por si só. A heresia não é meramente contextual, mas é o foco tanto dos *exempla* quanto da moral

que elas transmitem. Mas com relação à utilização desse expediente, Alonso de Espina alerta:

...a pregação evangélica não deve ter em si coisas bufonescas, ou pueris, ou melodias de ritmos e consonâncias de métricas, as quais são mais para acariciar os ouvidos que para formar os ânimos e por isso devem ser reprimidas... acerca de tal pregação, é dito pelo profeta: “nossos estalajadeiros misturam água com vinho”. Nesta pregação está mesclada a água com o vinho, no qual são postas palavras pueris e bufonescas e coisas que afeminam os ânimos de algum modo (ESPINA, 1494, fol. IV r).

Destaca ainda que o sermão não deveria resplandecer com fábulas de palavras, nem deveria ser dirigido com palavras exangues. Se fosse um bordado muito celestial, a pregação pareceria ter sido arranjada com cuidado excessivo e elaborada para conquistar a admiração e não para o benefício daqueles que ouvissem. Os pregadores tampouco devem fazer falsas alegações, pois Cristo não se enfurece menos com o falso louvor do que com a negação da verdade. Sobre essas ressalvas, é interessante notar a proximidade discursiva entre Álvaro Pais e Alonso de Espina.

Álvaro Pais	Alonso de Espina
<p><i>Até as lêmias</i> (os hereges hipócritas) <i>desnudaram os seus peitos</i> (abriram a má doutrina), <i>deram leite às suas crias</i> (os discípulos ou atos perversos); <i>mas a filha do meu povo</i> (a Igreja) <i>tornou-se cruel</i> (nos prelados tiranos) <i>como a avestruz no deserto</i>, que expõe os seus filhos sem resguardo, pensando apenas no presente, e nada curando do futuro.</p> <p><i>Até as lêmias</i>. Acusa-se a dureza e crueldade dos prelados da Igreja deste tempo, que, mais duros que as lêmias, recusaram aos filhos o leite da doutrina. Ora, a lêmia – diz-se – é mais cruel para as suas crias do que as outras alimárias. Por isso chama-se <i>lêmia</i>, porque conta-se que dilacera (<i>laniare</i>) os seus filhos. Assim, também os prelados actuais negando a doutrina ao povo dilaceram-no e esfolam-no.</p> <p>(...) Pelas lêmias também é designada a astuta perversidade dos hipócritas e hereges, visto que apresentam a face humana e o coração de fera. Desnudam o seio, quando pregam livremente o seu erro. Aleitam suas crias, quando deleitam os sequazes com a doutrina perversa e nutrindo-os no mal os consolidam para a impiedade.</p>	<p>Ao invés disso, tal pregação dos hereges, geralmente, propõe verdades primeiro para depois concluir falsidades, acerca das quais se diz nas Lamentações IV: “as lêmias desnudaram as mamas, amamentaram a seus cachorros”. As lêmias possuem faces virgíneas, mas pés equinos. Os pés equinos não dividem os cascos, mas firmemente se fixam à terra. Por lêmias se entende hereges, que expõem sua face de virgem, mas guardam um ferrão de escorpião. De fato, primeiro põem coisas verdadeiras, à continuação assumem falsas. Em verdade, possuem pés equinos porque não dividem os afetos da mente no amor de Deus e do próximo, mas fixam todos os afetos aos deleites terrenos. Tal pregação deve ser totalmente descartada e é totalmente perniciosa (ESPINA, 1494, fol. IV r).</p>

A crítica, em Álvaro Pais e em Alonso de Espina, reside no não-exercício do ofício de pregador. Para ambos, os pregadores e prelados seriam traidores, pois estariam mais preocupados em dizer coisas agradáveis e viver na cegueira do erro. Estes seriam como os hereges. O problema central está no *oficium* exercido pelo pregador, ou seja, aquele que é legitimamente investido da responsabilidade de doutrinar o povo por meio da palavra. Havia, portanto, a preocupação não só com a formação letrada do pregador, mas, principalmente, com a sua conduta moral.

A pregação somente era eficaz quando a capacidade de persuasão se coadunava com a forma de viver do pregador. Ou seja, o pregador representaria a própria instituição eclesiástica. Desta maneira, objetivava-se não somente a conversão dos hereges, mas uma reforma dos costumes do clero, e, principalmente, maior controle social. A práxis da pregação converte-se em ofício institucionalizado e vinculado às preocupações sociais e ao poder político. Sem dúvida, a *ars praedicandi* representou um papel crucial na história da pregação. Não consistindo somente em textos teóricos e práticos, ela reflete a experiência do ofício e nos deixa entrever o panorama político e social de sua produção.

### **Pregação e política sob a pena de Álvaro Pais e de Alonso de Espina**

Ao tratarmos da “política da pregação” poderíamos passar a falsa impressão de nos referirmos, unicamente, às formas de que a

pregação se revestia e os comportamentos dos pregadores, sem compreender a pregação como “discurso político” (MIATELLO, 2013, p. 93). O problema, portanto, reside em separar as duas instâncias. A pregação contribui para legitimar a ordem política, fiando a trama e conectando, ao mesmo tempo, a realidade social, a autoridade política e legítima, os fenômenos sociais e a comunidade.

A pregação caracteriza-se por uma incessante busca de legitimidade. O pregador deve mostrar ser investido de um poder e de um saber capazes de satisfazer as necessidades e reivindicações dos atores sociais. Desta forma, o pregador alega ter um saber especializado e um poder suficiente para intervir na realidade social. Então, pode-se, discursivamente, estabelecer uma relação de causalidade entre a pregação/ação. Ação no tempo, ação no espaço. Tal conexão fica mais clara nos discursos de Álvaro Pais. 306

*Estendeu a sua rede, isto é, a da pregação. Lucas, V, 2 e 4: lavavam as redes, e depois lançai as vossas redes para a pesca. Beda: “Os pescadores são os pregadores e doutores da Igreja que nos prendem com a rede da fé e nos trazem assim para a terra dos vivos como para um litoral. Mas estas redes ora são lançadas para a captura, ora são lavadas e enroladas, porque nem todo o tempo é apto para o ensino, pois o doutor umas vezes deve pôr em acção a língua, e outras vezes cuidar de si mesmo”. Também Ambrósio diz sobre o mesmo passo: “Quais são as redes que se manda aos apóstolos lançar senão as construções verbais que, formando como que um cerco dialéctico com argumentos de fundo, não deixam escapar os que apanharem? E bem são instrumentos apostólicos as redes de pesca, porque não matam mas conservam os capturados, e trazem os flutuantes do fundo*

para a superfície. Por isso, também são redes de pescadores as palavras dos pregadores sobre a fé e **os costumes, formadas com as diversas autoridades de ambos os Testamentos**” (PAIS, 1997, p. 117).

Álvaro Pais posiciona-se em uma linhagem da autoridade que remonta aos Pais da Igreja e aos apóstolos. Desta feita, ele trabalha com dois níveis temporais: o primeiro, e mais imediato, seria o próprio presente dos pregadores: “porque nem todo o tempo é apto para o ensino”. A eficácia da pregação vincula-se estreitamente com o conhecimento do momento propício de realizá-la. O segundo nível temporal seria a experiência do tempo passado enquanto tradição, e que se torna interdependente das estruturas e operações necessárias à pregação: “os costumes, formados com as diversas autoridades de ambos os Testamentos”. Em suma, na tradição o passado apresentar-se-ia como eterno presente, ponto fulcral da argumentação teológica medieval. É dessa presença ativa do passado no presente de que nos fala Álvaro Pais.

No discurso alvarino a pregação tem lugar no tempo. No entanto, conforme destacado, o tempo de codificação (a escrita do discurso) é diferente do tempo de recepção (os atos de fala vinculados à pregação). O tempo, aqui, define-se em função do discurso, e produz-se na realidade por meio dele. O tempo central é o momento da enunciação. Sendo assim, a configuração temporal distingue-se por meio de um deslocamento do passado (enquanto tradição) que coincide com o instante onde transcorre a

pregação. O presente constitui-se como ponto de referência da temporalidade da pregação, a partir do qual se organizam o passado e o futuro. É o instante onde se transforma o verbo em discurso.

Mas seu discurso não se resume a um tempo transcendente – enquanto tradição. Ele é datado com um *locus* muito bem definido:

Por isso é que, para destruir a maldade herética que mesmo ocultamente se levanta contra a santa, ortodoxa e católica fé, e que a Santa Igreja Romana anatematiza, e para apoio, esclarecimento e corroboração da sacrossanta fé, **compus este opúsculo contra as heresias e contra os erros novos e velhos, que, em algumas partes da Espanha e fora dela, pululam, como uma peste**, em detrimento, perigo e perda da fé e dos fiéis (PAIS, 1954, p. 35-37).

Percebemos que Álvaro Pais está claramente preocupado com o contexto histórico e social em que está escrevendo e, ao mesmo tempo, está preocupado em escrever um texto que tenha valor eterno para todos os cristãos em todos os lugares e para todos os tempos, para combater as heresias que insistem em surgir no meio deles, até quando Deus vier redimir os justos. 307

O discurso do pregador instaura uma troca simbólica entre dois sujeitos coletivos: o pregador – que encarna a autoridade da *ecclesia* – e o público. O sermão sempre será uma fala pública; é um discurso de busca do poder. Essa fala se legitima por meio da referência a um “nós”, ao qual pertence o pregador, mas sem encerrá-lo, e a um “vocês” que ele transcende. O sermão é a manifestação de crenças e desejos coletivos. Além disso, há também a construção

de um “nós” em oposição a um “outro” a ser evitado.

A conjunção desses elementos de legitimação exige uma boa “produção” do discurso e uma boa “apresentação” do pregador. Embora possa parecer uma paradoxal relação de “privatização/publicização”, estas são ações que apontam para o deslocamento relativamente à fonte de legitimidade: passa-se do *oficium* – e sua função pública – para os atributos esperados do pregador.

... a pregação é qualificada com (...) três condições afirmativas. A primeira é que o início é a partir da autoridade da teologia, assim como a partir de seu próprio fundamento, sobretudo a partir dos evangelhos, salmos, as epístolas de Paulo e os livros de Salomão, porque nestes, especialmente, ressoa a instrução moral. (...). A segunda condição afirmativa é que tenha em suas sentenças o peso para abrandar os ânimos dos ouvintes com a força das orações, para provocar lágrimas, excitar a mente, procurar a contrição, regar com conhecimentos gritar com ameaças, acariciar com promessas e, assim, tudo tende à utilidade do próximo. A terceira condição afirmativa da pregação é que seja breve. (...) é necessário que o verdadeiro pregador seja santo (...). Com efeito, os pregadores são instrumento da verdade e, às vezes, o sermão perde valor por culpa do pregador (...). Então, o sermão é, efetivamente, vivo e eficaz quando há pura santidade do pregador e virtuosa perfectibilidade. (...) o pregador da palavra divina deve ser no aspecto exterior como um camelo, ou seja, deve cobrir-se com vestimentas paupérrimas e depreciáveis, pelas quais reluz o desprezo do mundo. (...) no trato deve ser um cordeiro para que se possa dizer acerca dele “eis aqui o cordeiro de Deus”, que se resguarda do pecado e ao próximo do escândalo (...). na pregação deve ser como Marta e fogo. Marta na solicitude, pois o pregador da palavra divina que retarda a obra da pregação por seus amigos carnis ou negócios terrenos é inepto no reino de Deus (...). Segundo, deve ser fogo em fervor, para que possa inflamar os corações dos ouvintes (...). no ânimo deve

ser (...) um leão, pois não deve se aterrorizar com a adversidade, pensando que é enviado “como cordeiro entre os lobos”. (...) na recompensa (...) o verdadeiro pregador evangélico não deve esperar nenhuma outra coisa senão a glória de Deus e a salvação das almas (ESPINA, 1494, FF fol IV r. e v.).

A posse dos atributos pessoais e valores essenciais esperados do pregador garantem-lhe o reconhecimento e a legitimidade. No entanto, esta não é exclusivamente pessoal. Em consonância se encontram os lugares de poder, os rituais e as ações políticas/religiosas. Esses atributos podem ser reconhecidos em Alonso de Espina, quando é designado a pregar a bula da Cruzada, por Calixto III:

[..] el Rey se partió para Segovia, y fué á tener la Pasqua de Navidad á la ciudad de Palencia, donde le fué traída la Bula de la Cruzada para vivos é muertos, que el Papa Calisto III le envió, la qual rescibió con grande acatamiento y reverencia; y predicóla Fray Alonso del Espina, hombre muy notable y de honesta vida y gran predicador el qual dixo al Rey que debía mucho acatar quan señalada gracia habia rescebido del Sancto Padre, que jamas se fallaria haber sido dada semejante indulgencia; pero que debía mirar el cargo con que se la daba, que no podia despender de los maravedís de aquella cosa alguna, salvo en la guerra de los moros, excepto el mantenimiento de los predicadores é cogedores sin caer en descomunion mayor, de la qual no podia ser absuelto sin personalmente requerir la Sede Apostólica, lo qual se afirmaba el Rey haber muy mal guardado (VALERA, 1878, p. 15).

A denúncia de um comportamento condenável não se dirige às instituições, mas à incapacidade de desempenho da função: as críticas incidem sobre as personas que encarnam os estados, e não sobre as instituições que elas representam. Isto fica claro em Álvaro Pais: “Ou

então príncipes significa os prelados que nadam em delícias e pregam com os corpos fartos e as faces coradas Jesus crucificado, pobre e esfomeado” (PAIS, 1994, p. 145). Conforme Pais, por causa dos pecados de alguém, a jurisdição ou o sacramento não se corrompe nem peca, porque é coisa inanimada, e qualquer jurisdição e poder são bons, e o sacramento santo em si, visto que originam-se em Deus (PAIS, 1954, p. 147).

Tal aspecto evidencia-se no papel de Álvaro Pais no confronto político/jurisdicional entre João XXII e Ludovico da Baviera. Após a morte de Henrique VII, o trono imperial foi disputado entre Frederico de Habsburgo e Ludovico da Baviera, que reivindicavam a vitória no colégio eleitoral e ambos recorreram ao papa solicitando-lhe a coroação. Apelando para aquilo que julgava ser seu de direito, João XXII arrogou-se o governo temporário do Império até que se elegeisse um novo imperador para o trono vacante. Logo, deflagra-se uma guerra civil na Itália e, uma vez que Ludovico usurpa o poder, João XXII o excomunga, em 24 de março de 1324. Em maio do mesmo ano, Ludovico ataca o papa por meio de um manifesto divulgado em Sackenhausen, declarando-o falso e inimigo da justiça e da verdade: “Nós, Luís, pela Graça de Deus, rei dos Romanos, sempre augusto, propomos contra João XXII que se intitula papa, visto ser inimigo da paz, intensificar e suscitar discórdias e escândalos não só na Itália, o que é notório, mas também na Alemanha” (SOUZA, 1997, p. 19).

O conflito vai ganhando maiores proporções quando, não satisfeito, Ludovico declara que o papa é herege, uma vez que ele não se adequava aos padrões da “pobreza de Cristo”, e, apoiado por intelectuais franciscanos, pede que um Concílio Geral examine e julgue João XXII. O papa torna a excomungar Ludovico. O ápice do confronto ocorre a 7 de janeiro de 1328, quando Ludovico chega a Roma e nomeia um antipapa, Pedro de Corvara, com o nome de Nicolau V. Este declarou o papa deposto como herético e procedeu à coroação de Ludovico, como imperador.

Álvaro Pais é um ferrenho defensor de João XXII, pregando publicamente contra o “falso imperador”. Conforme seu discurso,

309

... o imperador, se é católico, é filho e não superior da Igreja, e tem de submeter a cabeça à Igreja, e não governar a Igreja. É advogado e defensor da Igreja, e não seu impugnador. É servo e não senhor da Igreja[...]. Tudo isto guardou mal o Bávaro tirano, que procede como imperador. [...] ele depôs, de facto, pública e solenemente na Cidade, com o povo e clero romanos, o senhor papa João XXII, lançando-lhe o título de heresia [...]. Este bávaro substituiu-o também por outro, frei Pedro, [...] e do qual ninguém pode dizer outra coisa senão que ó o anticristo místico, e não o papa Nicolau como a si próprio se intitula. [...] Com razão se pode dizer que este Bávaro é o cavalo vermelho de que fala o Apocalipse, VI, ao qual foi dado o poder de tirar, isto é, roubar a paz da terra a fim de que os homens se matassem. [...] acrescento ainda, para honra de Deus e da igreja sua esposa, o seguinte: o papa tem ambos os gládios [...] Isto prova-se porque a razão natural claramente mostra que as coisas espirituais são mais nobres que as corporais [...], e as corporais ordenam-se para as espirituais como para um fim. Ora, o poder eclesiástico é principalmente espiritual, e o secular ou civil é corporal; por isso, deve-se conceder que o monarca eclesiástico, no qual reside a plenitude do

poder eclesiástico regula e ordena, em razão do fim, o príncipe político ou civil e o seu poder (PAIS, 1988, p. 409-453).

A crítica de Álvaro Pais incide sobre a persona do imperador e não sobre o “estado” que o imperador incarna. A fronteira entre as jurisdições, no caso deste conflito, torna-se fluida, móvel, e de um ponto a outro o poder se materializa – um poder visto como legítimo por ambos os lados que, como consequência, classificam os inimigos como ilegítimos. Interessa-nos destacar que o tema da heresia domina a reflexão política/teológica nas duas direções, como instrumentalização ideológica que serve à *plena potestas* imperial ou à *plenitudo potestatis* papal. Note-se ainda que há uma sobreposição no exercício efetivo das jurisdições para além das delimitações formais dos dois poderes.

Os estudos que analisam essas disputas sob a fórmula historiográfica da disputa entre “sacerdócio e império” perdem de vista a concorrência entre os poderes, fruto de um pluralismo jurídico que permite a essas diferentes “*personas*” estenderem as respectivas jurisdições aos outros “estados”. No caso considerado anteriormente, observa-se a presença de diferentes poderes em concorrência, fundados nas tensões entre o poder espiritual e o poder temporal.

No plano retórico, seja Ludovico da Baviera de um lado, ou João XXII, sob a pena de Álvaro Pais, de outro, destacamos que ambos utilizar-se-ão de um mesmo aparato discursivo

para legitimar os respectivos argumentos. A batalha retórica parte de um mesmo plano de constituição de sentido, mas a operacionalização e verticalização dos significados são impetradas pelos agentes conforme constroem seus argumentos. A mesma fonte, então, aduz significados plurais, diversos, conforme as necessidades circunstanciais dos sujeitos.

Outro elemento importante, que sintetiza os elementos necessários para a pregação, e o reconhecimento de sua legitimidade, reside na constituição do ouvinte. Diferentemente de um ensinamento, a pregação instaura uma troca simbólica entre dois sujeitos coletivos. Ela sempre será um tipo de fala pública. O pregador, ainda que enuncie o discurso na primeira pessoa do singular, legitima sua fala por meio da referência a um “nós” que a possibilita e perpassa. Assim, no campo político, onde o “bem comum” é a expressão máxima do direito, referir-se ao domínio exclusivamente individual é, no mínimo, inadequado.<sup>xii</sup>

A audiência é convidada a lembrar-se do interesse maior da *Respublica Christiana* em proveito da salvação da coletividade. A instauração do reconhecimento da coletividade erigida pela pregação apoia-se na identificação de um “outro” que se contrapõe ao “nós”. Para tanto, evoca-se um inimigo ao qual se deve atacar:

Mas oh Deus altíssimo, muitos destes homens confessam estas coisas com os lábios, mas o coração está longe de ti. Outros se esforçam para destruir estas verdades com palavras e ações, dos quais

alguns são hereges e cristãos perversos, outros são judeus, outros sarracenos, outros são verdadeiramente do diabo (ESPINA, 1494, fol. II, r.).

A valorização do pregador dependia, em boa medida, da capacidade de afrontar os adversários da Igreja. Assim, por exemplo, as pregações de Alonso de Espina constituem uma súplica a Deus para socorrer o povo da *Hyspania* de sua letargia na luta contra os inimigos da fé. Conforme o autor, ninguém se preocupava com a religião católica “*in hac misera Hispania*”, situada nos confins do mundo e condenada a absorver os dejetos dos inimigos da Igreja. Ele insiste sobre a ideia de que os pastores da Igreja não tinham interesse em investigar a conduta dos hereges.

Ninguém examina sobre qual é o erro dos hereges. Entraram lobos rapaces em teu rebanho Senhor, porque poucos são pastores, muitos são mercenários, e porque são mercenários, não são guardiões das tuas ovelhas que apascentam, mas tosquiadores. Por isso, veem os lobos se aproximando e fogem. “Se cai um asno alguém vai levantá-lo, mas se perece a alma, não há ninguém que procure sua salvação” (ESPINA, 1494, fol. II, r.).

Espina, à vista do estado dos cristãos, critica os pregadores por terem abandonado a Igreja. Álvaro Pais reverbera a mesma preocupação, ao afirmar: “foi melhor para os mortos pela espada (da palavra de Deus) do que para os mortos de fome (da mesma palavra), pois estes morreram de morte lenta, devido à esterilidade da terra (a penúria da Igreja). Enquanto a pregação cessa, a Igreja não frutifica” (PAIS, 1994, p. 351).

Alonso de Espina lutou contra diversas heresias, todas associadas com os conversos. Ele procurava convencer seus contemporâneos da necessidade de estabelecer uma Inquisição estruturada e eficaz contra os judaizantes, tal como registrado na Crônica de Enrique IV:

*...vino alli el Maestro del Espina, y Fray Fernando de la Plaz con otros Religiosos de la Observancia de Sant Francisco á notificar al Rey, como en sus reynos avia grande heregía de algunos que judaizaban, guardando los ritos judaicos: y con nombre de Christianos retaxaban sus hijos: suplicandole que mandasse hacer inquisicion sobre ello, para que fuesen castigados. Sobre lo qual se hicieron algunos sermones* (CASTILLO, 1787, p. 88).

Espina afirmou que tinha visto e ouvido como os convertidos praticavam a circuncisão e **311** mentiam para escondê-la. Em 1459, enquanto pregava na cidade de Medina del Campo, contra os convertidos suspeitos em sua fé, foi dito – segundo ele – que cerca de trinta homens desse grupo tinham sido circuncidados e se escondido na casa de um amigo até que se curassem das feridas provocadas pelo procedimento. Entre eles, um médico chamado Mestre Francisco, que havia fugido para Jerusalém enquanto outros se preparavam para fazer o mesmo (ESPINA, 1494, fol. LIII v).

A passagem de Alonso de Espina pelo Vale do Douro, nos anos de 1450, teve um enorme impacto. Conforme nos conta Fr. Matías de Sobremonte, Espina possuía insaciável sede de salvar as almas e não se ocupava de outro ministério. Certo dia estava fatigado e

melancólico, próximo a um poço do lado da sacristia de São Francisco de Valladolid, se questionando se sua pregação gerava algum fruto. Imerso nesses pensamentos, teria ouvido uma voz vinda do alto que o mandou retirar água do poço. Ele obedeceu com muito temor e reverência e, ao fazê-lo, retirou “*veinticuatro piedras pequeñas muy blancas señaladas con el nombre de Jesús en correspondencia de veintecuatro sermones que de sus excelencias havia predicado poco antes al pueblo de Valladolid*” (SOBREMONTÉ, 1961, p. 23). Desta forma, confirmava-se o sucesso de tão admirável propósito, levando-o, a partir daquele momento, a ocupar-se com todas as suas forças ao exercício do ofício da pregação. Conforme se conta: “*de estas piedras las doce están engastadas en una cruz de plata que se cuenta entre las reliquias en el sagrario de aquel convento y las otras doce llevó la Reina Católica Doña Isabel a la ciudad de Granada*” (SOBREMONTÉ, 1961, p. 23).

Por volta de 1459, Espina teria pregado vinte e dois sermões em Valladolid sobre os escândalos ocorridos nesse mesmo período acerca dos assassinatos rituais dos judeus. Podemos afirmar que o milagre referido se relaciona com esses sermões porque, logo a seguir, Fr. Matías afirma “*pero los sermones del Nombre de Jesús que Alonso Despina predicó en Valladolid por este tempo no fueron más de veintidós como él mismo confiesa em su Fortalicio*” (SOBREMONTÉ, 1961, p. 23).

O relato do milagre operado por intermédio de Alonso de Espina conferirá maior legitimidade a seus discursos. Embora as elites eclesiásticas possuam importante papel nos assuntos políticos, é por meio dos pregadores que os assuntos das esferas políticas do alto poder chegam até a população. Devido à sua posição, em geral, os pregadores possuem uma relação próxima tanto das elites políticas quanto da população, o que denota a associação entre o poder e a prédica na sociedade medieval.

Os pregadores não transmitem apenas mensagens de contrição e conversão. Como podemos observar com Alonso de Espina, a pregação se encarrega de um papel sócio-político. Ele pode divulgar sua propaganda política ao povo por meio da pregação, atingindo, portanto, grande eficácia, capaz, inclusive, de produzir modificações no aparato político e social. Desta forma, a propaganda política de Alonso atinge seus objetivos pretendidos a longo prazo, conforme podemos verificar:

*Concluyoffe este negocio tan importante en el año de mil y quatrocientos y ochenta y tres a diez y fiete de Octubre, en q el fante Pontifice Sixto quarto hizo Inquifidor genral de las Coronas al Prior de fanta Cruz de Segouia fray Thomas de Torquemada de la orden de Predicadores. Poco a poco fe fue dando afsiento con magestad y grandeza a las Inquificiones particulares para que de effa flerte fe respectaffe mas el fante tribunal y los Inquifidores pudieffen executar mejor sus officios. [...] Fray Thomas de Torquemada nombro por Inquifidor [...] Alonfo de Espina de la orden de Predicadores [...] (DIAGO, 1603, p. 311).*

Tal como sublinhamos na introdução, a eficácia da pregação reside não somente no fato de ser proferida por especialistas, mas, principalmente, que sob certas condições, ela pode se transformar em atos políticos, alterando as relações políticas e se inscrevendo no interior das instituições. Podemos perceber a eficácia da pregação de Alonso de Espina nos desdobramentos posteriores à publicação do *Fortalitium Fidei*, cujo discurso contribuiu para a instauração da Inquisição em terras ibéricas.

Os ataques desferidos pelos pregadores correlacionavam-se claramente com o registro do discurso clerical teológico de tratados e controvérsias. A instrução sobre as escrituras e a pregação não eram alheias às controvérsias heréticas e antijudaicas, nem tampouco às disputas políticas e jurisdicionais. De fato, nos sermões, tanto hereges quanto judeus são apresentados como inimigos a serem combatidos, como símbolo da humanidade não redimida.

### Considerações finais

Nos sécs. XIV e XV, em razão das sólidas bases institucionais, jurídicas e técnicas sobre as quais a pregação repousava na *ordo praedicatorum*, a ameaça residia no não reconhecimento do caráter profético da pregação e nas disputas jurisdicionais entre os dois grandes poderes do medievo: o poder espiritual e o poder temporal. Enquanto as ocupações de ordem social, em sintonia com a política,

reforçavam o poder exercido por ambos os poderes, os pregadores esforçavam-se de diversas maneiras para refundar a dimensão profética de seus discursos. Isto pode ser interpretado como um tipo de recurso para a consolidação e verificação coletiva do poder eclesial por meio do credo, ante a tensão estabelecida pelo poder temporal nas disputas jurisdicionais.

A defesa do poder temporal da Igreja leva a uma secularização do direito canônico e, no plano inverso, a defesa do poder espiritual do monarca/imperador leva a uma sacralização do direito civil. Interessa-nos aqui destacar que o tema da heresia domina a reflexão política e teológica em todas as direções, seja entre os defensores do poder espiritual ou do poder temporal. Limitando nossa análise aos ordenamentos, tanto na legislação eclesiástica como na civil, o tema da heresia aparece de forma dominante, tal como se aprecia nas Ordenações Afonsinas:

E pois que todo Rey, e Princepy antre todallas outra coufas deve principalmente amar, e guardar juftiça, deve-a guardar, e manter em efpecial á cerca dos peccados, e maldades tangentes ao Senhor DEOS, de cuja maaõ tem o regimento, e feu Real Eftado, como dito he; e aquelle, que o affy nom fezeffe, deveria feer reputado por indigno, e defmerecedor da mercee, e beneficio, que dele recebeo; e affy como aquelle que ouveffe encorrido em pecado de ingraticadoem, devia pouco durar feu Eftado e fenhorio. **E por tanto confirando nos Dom Affonço o Quinto todo efto, e como o pecado da herefia diretamente tange ao Noffo Senhor DEOS, a que fomos mais gravemente obrigado, que nunhuu outro do Noffo Senhorio, por avermos dele recebido maior e mais alto dom e**

beneficio, que todollos outros que em elle vivem, defejando-lhe reconhecer o dicto beneficio, que da Sua Alteza avemos recebido, com jufta razom fomos theudo ávorrecer o dicto pecado contra elle cometido, e eftranhalo gravemente com grandes penas, e efcarmentos, fegundo a qualidade do cafo requerer (Afonso V, 1786, p. 3).

O trecho acima revela um caráter de tipo pluralista dos ordenamentos e as sobreposições e complementaridades das jurisdições no exercício efetivo do poder. A concorrência dos poderes, na ordem jurídica medieval, decorrente desse pluralismo, torna-se aspecto crucial. Portanto, os conflitos jurisdicionais aparecem traduzidos nas pregações medievais e nos tratados anti-heréticos: a retórica é uma arma que pode ser utilizada por ambos os lados.

A eficácia do discurso do pregador dependia, então, da sua capacidade de afrontar os adversários da Igreja. Álvaro Pais e Alonso de Espina implementaram um dos recursos mais utilizados - e dos mais eficazes - em seus discursos para as multidões de seu tempo: responsabilizaram os inimigos da Igreja por todos os males. Da crise econômica e política, à degeneração moral, tudo se atribuía à culpa desses “anticristos”. Ambos representaram um papel importante na política de seu tempo.

O chamado dos pregadores implicava uma série de reformas sociais e morais. Como resultado de seu *oficium* apostólico, os pregadores mantiveram contato direto com a população leiga e estavam plenamente conscientes de suas inquietações sociais e políticas. Muitos dos sermões proferidos pelos

pregadores lidavam com os problemas específicos que mais preocupavam a sociedade. O impacto social da pregação dos frades foi enorme. Eles foram capazes de atrair multidões e, geralmente, eram muito bem recebidos. Não surpreendentemente, os poderes políticos laicos convidavam e apoiavam ativamente os pregadores, por razões políticas que iam além da devoção.

## REFERÊNCIAS

Fontes

AFONSO V. **Ordenaçoes do Senhor Rey D. Affonso V.** Livro V. Coimbra: Real Imprensa da Universidade, 1786.

Alfonso X. **Siete Partidas.** Título 5, Lei 43, Tomo I. Madrid: Imprenta Real, 1807.

Alan of Lille. **The art of preaching.** Michigan: Cistercian Publications, 1981.

CASTILLO, Diego Henriquez del. **Cronica del rey D. Enrique el quarto de este nombre.** Madrid: Imprenta de D. Antonio de Sancha, 1787.

CONCEIÇÃO, Manoel Fr. **Escolade de penitencia e flagella de viciosos costumes.** Lisboa: Oficina Antonio Galhardo, 1763.

DIAGO, Francisco. **Historia de los victoriosissimos antiguos Condes de Barcelona.** Barcelona: Cafa Sebaftian de Cormellas al Call, 1603.

PAIS, Álvaro. **Estado e Pranto da Igreja.** Vol. 1. Lisboa: Instituto Nacional de Investigação Científica, 1988.

314

ESPINA, Alonso de. **Fortalitium Fidei**. Edição Facsímile de Nuremberg (1494). Londres: Kessinger Publishing, 2009.

\_\_\_\_\_. **Estado e Pranto da Igreja**. Vol. 2. Lisboa: Instituto Nacional de Investigação Científica, 1990.

\_\_\_\_\_. **Estado e Pranto da Igreja**. Vol. 3. Lisboa: Instituto Nacional de Investigação Científica, 1991.

\_\_\_\_\_. **Estado e Pranto da Igreja**. Vol. 4. Lisboa: Instituto Nacional de Investigação Científica, 1994.

\_\_\_\_\_. **Estado e Pranto da Igreja**. Vol. 5. Lisboa: Instituto Nacional de Investigação Científica, 1995.

\_\_\_\_\_. **Estado e Pranto da Igreja**. Vol. 6. Lisboa: Instituto Nacional de Investigação Científica, 1996.

\_\_\_\_\_. **Estado e Pranto da Igreja**. Vol. 7. Lisboa: Instituto Nacional de Investigação Científica, 1997.

\_\_\_\_\_. **Estado e Pranto da Igreja**. Vol. 8. Lisboa: Instituto Nacional de Investigação Científica, 1998.

\_\_\_\_\_. **Colírio da fé contra as heresias**. Vol. 1. Lisboa: Instituto de Alta Cultura, 1954.

SOBREMONTÉ, Matía Fr. Noticias chronograficas y topográficas del Real y religiosíssimo convento de los Frailes Menores de la Observancia de San Francisco de Valladolid. In: HERNANDO, Garcia Julian. **El problema judío em Fr. Alonso de Espina**. Segovia: Instituto Diego de Colmenares, 1961.

VALERA, Mosen Diego. Memorial de diversas hazañas. In: ROSELL, Don Cayetano. **Crónicas de los reyes de Castilla desde Don Alfonso el Sabio, hasta los católicos Don Fernando y Doña Isabel**. Tomo III. Madrid: M. Rivadeneyra, 1878.

VARAZZE, Jacopo. **Legenda Áurea**. Hilário Franco Júnior (trad.). São Paulo: Companhia das Letras, 2003.

#### Bibliografia

BÉRIOU, Nicole. Um mode singulier d'éducation. La prédication aux derniers siècles du Moyen Âge. **Communications**. Paris, 2002, vol. 72.

\_\_\_\_\_; BOUDET, Jean-Patrice; ROSIER-CATACH, Irène. **Le pouvoir des mots au Moyen Âge**. Turnhout: Brepols, 2014.

ANDERSSON, Roger (ed.); SHIEWER, Hans-Jochen (ed.). **Constructing the Medieval Sermon**. Turnhout: Brepols Publishers, 2007.

CHARAUDEAU, Patrick. Sémantique de la langue, sémantique du discours. **Actes du colloque en hommage à Bernard Pottier**. Disponível em: <http://www.patrick-charauveau.com/Semantique-de-la-langue-semantique.html> Acesso em: 17/mai/2018 às 18:02.

FERNANDES, Marcos Aurélio. Filosofia, retórica e arte da pregação: um estudo sobre São Boaventura e a “*Ars Concionandi*”. **Scintilla**. Curitiba, v. 14, nº1, jan/jun 2017, p.77-96.

LENCLUD, Gérard. A tradição não é mais o que era... Sobre as noções de tradição e sociedade tradicional em etnologia. **História, histórias**. Brasília, vol. 1, n. 1, 2013, p. 148-163.

MIATELLO, André Luis Pereira. O pregador e a sociedade local: a luta pelo poder pastoral no seio das cidades da Baixa Idade Média Ocidental (séc. XIII-XIV). **Revista Territórios & Fronteiras**, Cuiabá, vol. 7, nº 2, jul-dez 2014.

\_\_\_\_\_. Quando o pregador ensina a governar: a literatura política dos frades Mendicantes nos reinos ibéricos (séc. XIII). **Diálogos Mediterrâneos**, nº 5, nov., 2013.

\_\_\_\_\_. A política dos sermões ou os sermões na política: a pregação nas cidades comunais da Baixa Idade Média. **Diálogos**. Vol. 21, n. 1, 2017.

\_\_\_\_\_. **Santos e Pregadores nas cidades medievais italianas: retórica cívica e hagiográfica**. Belo Horizonte: Fino Traço, 2013.

MUESSIG, Carolyn (ed.). **Preacher, sermon and audience in the Middle Ages**. Leiden-Boston-Köln: Brill, 2002.

NASCIMENTO, Sidnei Francisco. Orígenes, alegoria, exegese: a procura de uma hermenêutica e de um método investigativo. **Peri**. Vol. 9, nº 01, 2017, p. 64-80.

SKINNER, Quentin. **Visões da Política**. Algés: DIFEL, 2002.

SOUZA, José Antônio de C. R. **O reino de Deus e o reino dos homens**. Porto Alegre: EDIPUCRS, 1997.

STOCK, Brian. **The Implications of Literacy**. Written Language and Models of Interpretation

in the Eleventh and Twelfth Centuries. Princeton: Princeton University Press, 1983.

## NOTAS

<sup>i</sup> Graduada e Licenciada em História pela Universidade de Brasília (2011/ 2013). Mestrado em História pela Universidade de Brasília (2015). Doutorado em História pela Universidade de Brasília (2019). Principais temas de pesquisa: história do poder e da justiça ibérica medieval, lógicas da tradição ibérica, heresiologia política medieval.

<sup>ii</sup> “[...] a tônica anti-herética da pregação mendicante é já bastante conhecida, mas nem sempre os historiadores têm percebido nela o sentido político que lhe é peculiar. Em primeiro lugar, porque “heresia” é um termo muito oportuno para classificar e excluir indivíduos e grupos sociais que não se adequam às propostas da maioria social; é uma boa maneira de criar uma tensão interna aos grupos, opondo a visão do grupo dirigente e a visão dos opositores. [...] A dissidência religiosa é um mecanismo de oposição aos discursos predominantes; nesse caso, a heresia está ligada à vida social concreta porque ela é uma resposta social e política que afronta as respostas consideradas corretas”. In: MIATELLO, André Luis Pereira. O pregador e a sociedade local: a luta pelo poder pastoral no seio das cidades da Baixa Idade Média Ocidental (séc. XIII-XIV). *Revista Territórios & Fronteiras*, Cuiabá, vol. 7, nº2, jul-dez 2014, p. 125.

<sup>iii</sup> “Any homily is, of course, framed by a simple and easily discernable positioning of its preacher as a person who has superior power to its audience — at least for the duration of the preaching event. The preacher has the right to the stage, so to speak, has control of the text, and has the authority (usually reinforced by their being blessed before they start to preach) to expound sacred text and to teach and exhort the audience. The scripted voice of the preacher, therefore, is always already more powerful than that of the audience, but the preacher’s voice is meaningless — has no impact; affects and effects nothing — without the presence and cooperation of an audience. This creates an interesting and dynamic interdependency, and also an ongoing tension, as the preacher has to strive continuously to reassert a position, and to manoeuvre the audience into the position the preacher wishes them to assume. Preacherly manoeuvring of an audience might be in the fact of resistance, real or anticipated, and this is what makes preaching dynamic and context-specific: it is never performed in an ideological or social vacuum [...]”. SWAN, Mary. *Constructing preacher and audience in Old English homilies*. In: ANDERSSON, Roger (ed.); SHIEWER, Hans-Jochen (ed.). *Constructing the Medieval Sermon*. Turnhout: Brepols Publishers, 2007, p. 179.

<sup>iv</sup> “[...] livres de uma estreita territorialização do poder pastoral, os frades podiam atuar nos mais diversos setores da cristandade, podiam ir e vir independentemente da vontade dos bispos e senhores locais. Relacionavam-se com toda a sorte de gente, não estabelecendo *a priori* nenhuma preferência pelos setores aristocráticos da sociedade”. In: MIATELLO, André Luis Pereira. *Revista Territórios e Fronteiras*. Cuiabá, vol. 7, n° 2, jul-dez, 2014, p. 120.

<sup>v</sup> Plusieurs éléments du contexte medieval qui est celui de l'élaboration d'une société chrétienne concourent à façonner de manière particulière l'efficacité reconnue à la parole. Les rituels y contribuent fortement : qu'ils soient religieux, sociaux ou politiques, ils font l'objet de prescriptions normatives et sont soumis à des conditions précises de définition et de validation. Ces rituels sont toujours « multidimensionnels », [...] incluant paroles, actions, objets, personnes, textes, images, musique, senteurs, lumières, dans des temps et lieux bien déterminés. In : CATACH-ROSIER, Irène. *Le pouvoir des mots au Moyen Âge. Diversité des pratiques et des analyses*. p. 11.

<sup>vi</sup> A autora parte da análise do poder das palavras vinculado aos sacramentos, mas a mesma lógica pode ser estendida à pregação, visto que ambas partem de uma “palavra sagrada” autorizada pela Igreja que visa agir sobre o mundo. Em última instância, ambas partem da mesma autoridade sobrenatural e jurisdicional.

<sup>vii</sup> Conforme Skinner, “não devemos pensar de forma isolada quando se trata “dos significados das palavras”. Devemo-nos, pelo contrário, concentrar no uso a que estão sujeitos no contexto de determinados jogos de linguagem e, mais genericamente, no interior de certas formas de vida”. In: SKINNER, Quentin. *Visões da Política*. Alges: DIFEL, 2002, p.145.

<sup>viii</sup> “First some definitions: the term *ars praedicandi* refers to the new rhetoric of preaching which developed in the Middle Ages and drew from a variety of ancient sources, Jewish and classical. The term also refers to the theoretical and practical manuals that were prepared for the instruction of preachers and were supplemented by a variety of ancillary treatises and materials that taken together formed a “rhetorical system” that met the needs of the preachers of the high and late Middle Ages”. ROBERTS, Phyllis B. *The ars praedicandi and the medieval sermon*. In: MUESSIG, Carolyn (org). *Preacher, sermon and audience in the Middle Ages*. Leiden; Boston; Köln: Brill, 2002, p. 41.

<sup>ix</sup> “Preachers needed a forma praedicandi which outlined the choice of theme and various subdivisions of the sermon according to certain conventional rules. The preaching manuals, whose numbers steadily increased in the course of the thirteenth and fourteenth centuries, became indispensable guides to the preaching art”. *Idem*.

<sup>x</sup> “Preliminarmente, convém esclarecer que o termo “sermão” é bastante polissêmico: o termo ‘serão’ tanto

pode indicar a natureza especificamente sacra e litúrgica de um discurso público, quanto o momento concreto em que este discurso sacro era proferido, em geral, por um clérigo; mas também sermão pode ser o título dado para um gênero de texto, muito comum desde a Antiguidade cristã, que registra o conteúdo de um discurso sacro proferido segundo o calendário litúrgico ou momentos particulares da vida comunitária. O ato de proferir um sermão, isto é, sua enunciação oral, também é chamado de pregação (em latim, *praedicatio*) que se regia por preceptivas oratórias identificáveis numa precisa arte de pregar (*ars praedicandi*). In: MIATELLO, André Luis Pereira. A política dos sermões ou os sermões na política: a pregação nas cidades comunais da Baixa Idade Média. *Diálogos*. Vol. 21, n. 1, 2017, p. 103.

<sup>xi</sup> “For preaching sometimes teaches about holy things, sometimes about conduct. This is what is meant by the angles ascending and descending. Preachers are the ‘angels’, who ‘ascend’ when they preach about heavenly matters, and ‘descend’ when they bend themselves to earthly things in speaking of behavior”. In: Alan of Lille. *The art of preaching*. Michigan: Cistercian Publications, 1981, p. 17-18.

<sup>xii</sup> “[...] o pregador procura mostrar que Cristo exerce o domínio sobre a sua Igreja por ser “ela o lugar da salutar erudição que ilumina o intelecto” e assim, por meio dos pregadores, os leigos, isto é, “aqueles que desconhecem as palavras divinas”, são instruídos e mobilizados a tomar parte no processo de pôr em prática aquilo que escutam; assim, o fiel é trazido para a comunidade eclesial “onde deve purgar-se do mal da culpa, ser iluminado pelo aprendizado da doutrina e restaurado ou aperfeiçoado pelo alimento da eucaristia”. Mais uma vez o mesmo percurso: da interioridade para a vida pública; a construção de um “eu” cristão acontece na construção cristã da própria comunidade, o que implica uma ética, uma moral, uma política, enfim, toda uma antropologia específica que não se contentava em ser apenas uma teoria”. MIATELLO, André Luis Pereira. O pregador e a sociedade local. *Op.cit.*, p. 117.

317

Recebido em: 04/06/2019.

Aprovado em: 05/09/2019.

Publicado em: 31/01/2020.